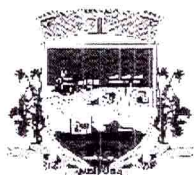


ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA

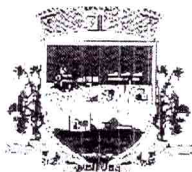
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A PROPOSTA DE ADEQUAÇÃO DE

Às dezenove horas e trinta minutos do dia vinte e oito de agosto do ano de dois mil e dezoito, nas dependências do Plenário da Câmara Municipal de Vereadores de Imbituba, realizou-se a Audiência Pública visando a readequação dos zoneamentos do bairro Campo D'Aviação, da Região de Planejamento II - Sudeste, com readequação da Zona Usos Especiais – ZUE-3 em Zona Residencial Uni e Pluri Familiar – ZRUP-1a. A Audiência Pública foi conduzida pelo Secretário do Desenvolvimento Urbano do município de Imbituba, Senhor Anderson Cristiano Maximiano e pela ela Chefe de Departamento de Protocolo e Despachos da Secretária do Desenvolvimento Urbano Senhorita Mayara Cardoso de Oliveira, que inicialmente fez a abertura dos trabalhos, declarando aberta a Audiência Pública e chamando os convidados para a formação da Mesa, bem como para tomarem assento nas cadeiras reservadas. Secretário informou a todos os **presentes, que foram especialmente convidados para a presente audiência todas as entidades que forma o Conselho do Plano Diretor de Imbituba - CONCIDADE.** Dando continuidade à Audiência Pública, o Secretário, Senhor Anderson Cristiano Maximiano, realizou uma exposição técnica sobre “Audiência Pública”, ressaltando ser essa “uma instância do processo legislativo, através do qual a autoridade competente abre espaço para que as mesmas possam sofrer os reflexos de certa decisão administrativa ou legislativa e tenham a oportunidade de se manifestar antes do seu desfecho final”. Na seqüência, o Secretário declarou que o objetivo da audiência Pública é prover a autoridade competente, simultaneamente, e em condições de igualdade, às mais variadas opiniões sobre a matéria debatida, em contato direto com os interessados. Declarou, ainda, que as opiniões não vinculam à decisão, visto que têm caráter consultivo, e a autoridade competente, embora não esteja obrigada a segui-las, deve analisá-las segundo seus critérios, acolhendo-as ou rejeitando-as. Completando sua exposição, o Secretário declarou que a competência para realizar Audiência Pública é do Chefe do Poder Executivo, das Secretarias ou Fundações Municipais. Após, concedeu a palavra ao Empresário Oreste Mello e relator, Senhor Orestes Mello, que realizou uma exposição sobre os objetivos da presente Audiência Pública. Segundo o Relator, o objetivo desta Audiência Pública é “obter subsídios e informações adicionais junto à sociedade civil, sobre a proposta de adequação de zoneamento para regulamentação do zoneamento, agradece a oportunidade de estar ali presente, ele explica que esse imóvel foi comprado a mais ou menos 7 anos, e que no atual zoneamento ele poderia fazer algum tipo empreendimento aeronáutico, condomínio aeronáutico, pista de pouso, aeroporto entre outros. Mas em conversa com os técnicos da prefeitura até mesmo o prefeito daquela época, viu o quão difícil seria essa aprovação, até por que é uma área usada para a população ir à praia então o transtorno seria bem grande, foi aonde eles pensaram em desenvolver um condomínio fechado, mas que esbarriariam no sistema de capitalização do sistema viário de vila nova como seria a ligação norte e sul, e até mesmo a passem para praia. Em conversa com a prefeitura falaram que tinham o plano diretor e poderia levar a proposta para eles sobre a alteração do zoneamento. Oreste relata que foi feito um estudo pelo arquiteto muito conceituado Robson do Nascimento, e o mesmo disse que não poderiam fechar e sim abrir para propagar para a comunidade, que o bairro está irregular, e dificultaria ainda mais o acesso, feito o estudo foi passado pelos conselhos e câmara de vereadores assim sendo aprovado com humanidade, então conseguiram a aprovação de um



ESTADO DE SANTA CATARINA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA

zoneamento de campo de pouso (aeroporto) para zoneamento residencial. Com isso foi dada entrada nos projetos urbanísticos, junto a prefeitura para aprovação, depois de algum tempo devido os tramites necessários os licenciamentos foram aprovados. Mas em fevereiro/março receberam uma informação que o município tinha perdido o direito de inconstitucionalidade, onde a Lei de aprovação de zoneamento teria sido cancelada, pois não teriam realizado as audiências públicas, e que o zoneamento teria voltado ao que era, mas lembrando que o direito de licença para construção continuava. Por isso em conversa com o Secretario decidiram fazer o que o tribunal de justiça solicitou fazer a audiência pública, em seguida Orestes mostra um vídeo aonde apresenta a sua empresa e os empreendimentos já realizados, Orestes fala também que a empresa dele já existe a mais de 15 anos é campeã em condomínios fechados em Florianópolis. Mostrado o vídeo Oreste lembra que a empresa visa muito a preservação com a natureza. Antes de dar início ao direito de voz da população, Orestes fala de uma publicação aonde o zoneamento permitiria que fosse construído prédios e que os mesmos fariam sombra na praia, mas relata que o terreno está a trezentos metros da praia e em questão até mesmo de física isso seria impossível, e sobre os Butiás já teriam sido todos catalogados, inclusive através de georreferenciamento, e todos foram contabilizados e cadastrados junto a secretaria do meio ambiente, e que os mesmos seriam replantados. Em seguida foi apertado a palavra aos expositores por ordem de inscrição. Fabio Junqueira o mesmo cumprimenta todos, e faz a sua primeira pergunta: Porque a presa em alterar o plano diretor já que o mesmo estaria em discussão; que as construções hoje permitidas com 9 metros na área, já causam efeito sombra segundo relato dos moradores, imagina com 15 metros; qual o índice de ocupação de cada lote; Orestes respondendo a primeira pergunta, fala que não estão alterando o plano diretor e sim revigorando uma lei que já foi aprovada, que ele já possui o alvará e tem o direito adquirido, mas por uma ação que ele não foi intimado estão fazendo o que foi solicitado tribunal de justiça, que não a presa alguma, que acaso isso não ocorro ira voltar para o zoneamento de aeroporto que o caos seria maior. Sobre o efeito sombra se você tem um terreno de 10.000 m² se eu fizer um empreendimento inteiro a taxa de ocupação ela é mínima, A praia até o terreno tem mais de 300m de distância, e 8 metros acima da praia, então tem negativo de 8, estão preocupados com os 15 então $8+15=23$ a sombra só vai chegar nos primeiros 23 e uma questão de física não tem como projetar 300, que está colocando a questão do terreno deles. Índice de ocupação 50%. Secretario com a palavra diz que estão cumprindo um questionamento do ministério público aonde não teve a audiência pública, e que não teve nenhum questionamento sobre aprovação do empreendimento. Próximo expositor Fred, questiona sobre o esgoto sanitário, Orestes responde que aprovou junto com a APA e Secretaria do Meio Ambiente, todo o sistema de esgoto sanitário, inclusive com rede coletora, Fred questiona também sobre a infraestrutura, Orestes explica que seguira todo a infraestrutura aprovada junto a prefeitura, relata também que existe um memorial descritivo que é encaminhado ao MP aonde mesmo ficam alguns lotes calcinados, Fred pergunta se será ciclo faixa ou ciclo vias, Orestes responde que será ciclo faixa, que faz parte da via que são delimitadas por faixa ou tartaruga, que foram deixada na via principal, Gaúcho parabeniza a empresa pelas dúvidas sanadas e pelo empreendimento, pergunta qual seria o valor gasto pela empresa para investimento, Orestes que em termo de infraestrutura mais ou menos 20 milhões, e procuraram vocacionar o loteamento, construíram alameda para os pedestres, poderão usar para ir à praia sem precisar usar carro, que irão pintar os muros das casas, plantar arvores, pavimentar a rua se for necessário, Secretario para contribuir com a audiência explica que quando vai se fazer a incorporação de um empreendimento no cartório eles olhão a idoneidade financeira da empresa, uma carta fiança,



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA

explica que a empresa que fez o granja hoje não teria como fazer outro. Gaúcho pergunta qual seria a quantidade de lotes, e a quantidade de emprego, Orestes explica que serão duas etapas, imaginam fazer toda a obra em 18 meses, na primeira etapa que será executada pela própria empresa tem uma movimentação diretamente de mais ou menos 80 pessoas, que gerara recurso a cidade, pois ira aquecer a economia local comprando os produtos de material de construção da própria cidade até mesmo gerando emprego. Respondendo a segunda pergunta serão 303 lotes que poderiam ser até mesmo 487 lotes, mas preferiram fazer 303 para zelar pela qualidade do loteamento, o nome do Loteamento será Imbituba internacional, e que desde do início seu arquiteto cuidou de todos os detalhes para a visão da cidade, como por exemplo iluminação subterrânea que serão nas avenidas principais, ou seja sem fiação exposta, que a qualidade de questão ecológica será mais preservada, assim como em cada divisão dos lotes será plantada uma árvore. Gaúcho sobre as especulações de que a empresa Melo Duarte iria doar uma creche, ou um terreno para o município, Orestes disse que teve essa conversa na época do eis prefeito, mas com toda a demora não obtiveram mais, gaúcho pergunta se ainda seria possível, Orestes fala que está sendo solicitado hoje pórticos com sinalização e lixeiras, antes das pessoas chegarem as praias, mas ainda estaria sendo conversado sem nada decidido. Sem mais questionamentos Orestes mostrou uma planta do loteamento. Dando continuidade a Audiência Pública, o Secretário declarou conclusa a fase de Audiência do Público e abriu espaço para que os Vereadores, Conselheiros e Delegados fizessem o uso da palavra. Como não ouve manifestação de uso da palavra. Nada mais havendo a tratar, o Secretário solicitou ao relator a lavratura de um relatório Sintético da Audiência Pública e sua publicação no mural de Atos da Prefeitura Municipal de Imbituba e no Boletim Oficial do Município. Por fim, agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a Audiência Pública e solicitou ao relator que redija a Ata da mesma, arquivando os pronunciamentos escritos e documentos que os acompanharem.

Imbituba, 28 de agosto de 2018.

Anderson Cristiano Maximiano
Secretário Municipal


Mayara Cardoso de Oliveira
Chefe Departamento

